

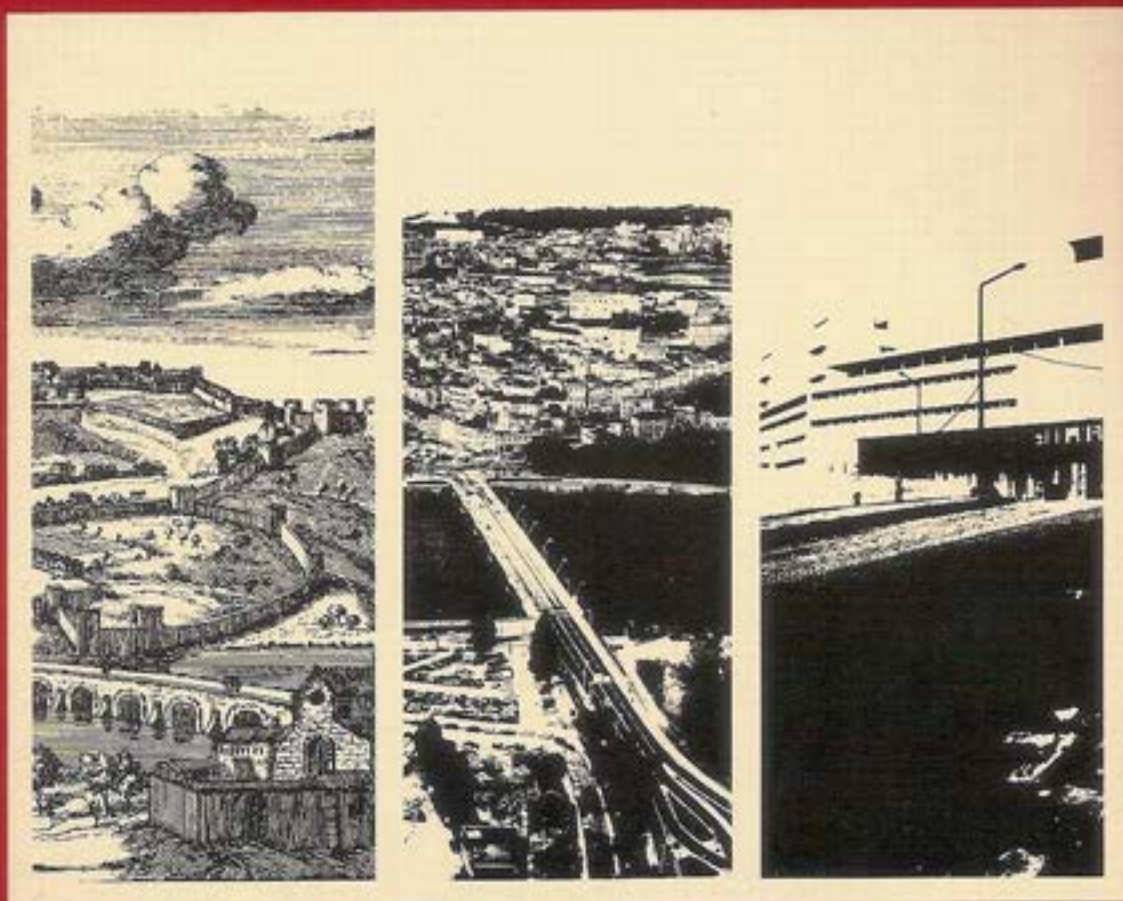
CADERNOS DE GEOGRAFIA

NÚMERO ESPECIAL

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
com a colaboração do Centro de Estudos Geográficos

FACULDADE DE LETRAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ACTAS DO SEGUNDO COLÓQUIO DE GEOGRAFIA DE COIMBRA
COIMBRA 1999



UNIVERS(C)IDADE E ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL O CASO DE COIMBRA

Isabel FIDALGO*, Jorge MARTINS*, Fernanda Delgado CRAVIDÃO**

1 – INTRODUÇÃO

É uma questão quase óbvia que as Universidades têm uma função estruturante no território. É também aceite que as designadas “cidades universitárias” podem modelar e ajudar a definir políticas (de transportes, de localização de serviços, ...), promover dinâmicas sociais, influenciar as estruturas espaciais, provocar e alterar as mobilidades (estudantil e de emprego, por exemplo). Isto é, podem ter um papel extremamente importante na estruturação do território e na sociedade, ao nível local, regional e, até, nacional!

Embora haja vários modelos de “cidades universitárias”, coloca-se aqui uma primeira questão, que arrasta consigo muitas outras: será que essa função estruturante teve e terá sempre a mesma capacidade de intervenção territorial?

No caso de Coimbra, aquele que nos interessa de forma particular, julgamos que tem sido evidente o papel da sua instituição universitária, destacado, aliás, em numerosos estudos que têm sido produzidos, quer dedicados à Universidade em geral, quer ao seu impacto nas estruturas de emprego, habitação, transportes, saúde e outras. As razões são várias e serão referidas posteriormente.

A questão que aqui colocamos é saber se a função da Universidade de Coimbra continuará a ser a mesma, num país que viu, em cerca de 20 anos, alterar, de forma significativa, a Geografia do Ensino Superior – das universidades públicas às privadas; que viu aqueles estabelecimentos registar uma abertura/integração em diversos programas europeus (Erasmus, Sócrates, ...), onde se observa uma contínua internacionalização; que viu chegar à Universidade um número de alunos que obrigou a “novas” formas de acesso, à criação de novos cursos e a outras mudanças profundas. Esta nova realidade justifica que, não só se

recoloquem algumas questões, mas também que outras se tornem pertinentes.

Continuará a Universidade de Coimbra a ser um agente marcante nas estruturas espaciais da cidade?

Continuará a ter uma função marcante na estrutura do emprego?

Continuará a sua intervenção, a montante e a jusante, para os serviços que a cidade dispõe e oferece?

Se a Universidade de Coimbra optar por uma política de Pólos Universitários externos à própria cidade – em outros centros urbanos – quais os reflexos na universidade, na cidade e nas urbes que vão acolher esses pólos?

Qual o papel de outras instituições do Ensino Superior – dos politécnicos às universidades privadas que já se avistam?

Não será “perigoso”, nesta nova sociedade, que tão rapidamente se modificou, Coimbra manter uma dependência assim tão intensa da sua própria Universidade? Não será também necessário que a cidade e a universidade se olhem de outro(s) modo(s)?

Estas serão algumas das questões que tentaremos desenvolver. Provavelmente, com propostas quase provocatórias, mas nem por isso menos necessárias.

2 – AS CIDADES UNIVERSITÁRIAS

2.1 – Dos modelos à realidade

São vários os autores que se têm preocupado com este tema. As implicações espácio-sociais estão na base dessas reflexões. Construíram-se modelos, que tentam explicar os diferentes modos de organização das estruturas universitárias em diversos países.

O francês Alain Bourdin (s/d) considera que as relações que se estabelecem entre a Universidade e a cidade dependem de três dimensões fundamentais: as características da instituição universitária, a função social que ela desempenha e o modo como organiza as suas relações com o exterior.

A forma como elas se combinam origina diferentes “modelos universitários”, que define como “um conjunto

* Alunos do Mestrado em Geografia Humana da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Geógrafa. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.

de normas e valores que se procuram, explícita ou implicitamente, reproduzir e respeitar”.

Para o referido autor, é possível distinguir três grandes tipos: o modelo francês, o modelo norte-americano e o modelo alemão.

Apesar da grande diversidade de situações actualmente existente e das diferentes evoluções que se registaram, consideramo-los os mais significativos em termos de realidades territoriais, históricas e culturais. Por isso, iremos proceder de seguida, ainda que de forma sucinta, à sua caracterização, mostrando o que os une e o que os separa*.

No **modelo francês**, a instituição universitária tem como referência um quadro estatal. Aqui, não se pode falar de uma universidade no sentido estrito do termo, pois tanto as diferentes faculdades como as grandes escolas superiores organizam-se em função de regras definidas, para cada uma delas, a nível nacional.

Por isso, não existe um grande espírito comunitário entre os docentes (eles próprios provenientes dos mais diversos meios), enquanto que o meio estudantil, apesar de possuir uma maior ligação, apresenta forte heterogeneidade.

O papel fundamental das instituições é a formação profissional dos estudantes, visando o mercado de trabalho nacional (ex: as faculdades de letras e de ciências organizam-se em função das necessidades de professores do ensino secundário).

Desta forma, as faculdades mantêm uma relação privilegiada com o Estado, mesmo que mantenham uma certa ligação ao meio social onde estão inseridas. A sua dimensão local é, pois, irrelevante.

Por sua vez, no **modelo norte-americano**, a universidade já tem como referência um quadro monástico, no qual a produção e a conservação dos saberes ocupam papel importante. Contudo, a sua função social é mais ampla, pois mostra igualmente interesse pelos conhecimentos aplicados, pela inovação tecnológica e pelos saberes profissionais específicos.

Assim, se, por um lado, existe a ideia de pertença a uma comunidade universitária, por outro, verifica-se um forte desenvolvimento das associações profissionais e científicas das diferentes áreas disciplinares dos docentes.

Ao mesmo tempo, a universidade privilegia uma estratégia de auto-suficiência, procurando responder às suas próprias necessidades e fornecendo aos seus elementos vários serviços, de onde se destaca o alojamento. Surgem, assim, os “campus” universitários, por cuja gestão se responsabilizam as associações estudantis.

* Ver o texto de Alain BOURDIN. *Université et ville: les termes d'une question*. (s/d).

A Universidade assume uma posição exterior à cidade, vista numa lógica quase puritana. Isto é, os estudantes, enquanto tal, não devem integrar nem ser integrados pelo tecido social que domina o centro urbano propriamente dito.

No seu conjunto, as instituições universitárias regem-se pelos seus interesses particulares, tendendo a integrar-se num movimento de investigação em diferentes escalas (local, estadual, nacional ou, mesmo, internacional), sem dar, necessariamente, preferência ao meio próximo.

Finalmente, no **modelo alemão**, a referência é claramente monástica, sendo a Universidade vista como a única fonte legítima de conservação e produção dos saberes, o que lhe confere um papel social extremamente relevante.

Deste modo, existe um forte espírito académico, onde todos (professores e estudantes) se sentem parte integrante de uma comunidade universitária. Assim, não surpreende que as organizações universitárias e estudantis se apresentem fortemente estruturadas.

A Universidade afirma a sua autonomia mas pratica uma política de grande abertura face ao meio envolvente, que vai potenciar uma forte ligação à cidade.

Esses laços vão traduzir-se, da parte desta, pelo fornecimento de um conjunto de necessidades (alojamentos, serviços, espaços, ambientes, ...) que permitem o funcionamento da instituição. Por sua vez, esta possui relações estreitas com os seus antigos alunos, entretanto transformados em quadros e profissionais liberais (ex: médicos e advogados), que constituem as “élites” urbanas locais.

Desenvolvem-se, então, as chamadas cidades universitárias. Estas tendem a viver em função dos interesses e das necessidades da universidade, que, assim, condiciona toda a vida da urbe. Citando mais uma vez Bourdin, “a universidade não é parte da cidade, sendo antes esta uma produção daquela”.

2.2 – O caso de Coimbra

Como sabemos, os modelos constituem uma forma de simplificar a realidade, que é, por vezes, bastante complexa. A problemática das relações universidade-cidade não foge à regra, quer pela diversidade de situações a que já fizemos referência (que, em certos casos, torna difícil a colocação num ou noutro modelo), quer pela massificação do ensino universitário, ocorrida a partir dos anos 60 (que levou ao esbater de muitas das diferenças até aí existentes).

Feita esta ressalva, interessa-nos agora ver, para o caso português, quais as Universidades públicas que se podem integrar em cada um dos modelos apresentados.

Se se pode aceitar que Lisboa se aproxima do francês, se podemos, com reservas, considerar a do Algarve como

podendo representar o “campus” americano, é fácil verificar que Coimbra parece ter ligação com o modelo alemão.

Partindo desta constatação, procuraremos mostrar de que forma a Universidade de Coimbra estruturou o território e a sociedade locais.

Relativamente ao primeiro, podemos dizer que a transferência definitiva da então única instituição universitária portuguesa para a cidade, no séc. XVI, veio consagrar uma dicotomia já então latente entre dois espaços citadinos: a Alta e a Baixa. O primeiro, correspondente ao núcleo primitivo, situado entre as muralhas da urbe, albergava o poder administrativo (o Paço Real) e alguns colégios; o segundo, junto às margens do rio, correspondia a uma área de comerciantes e artesãos. Contudo, inúmeros colégios localizavam-se igualmente nesta área: a rua da Sofia (da sabedoria).

Com a instalação definitiva da universidade em Coimbra, esse dualismo vai acentuar-se, tanto em termos funcionais como sociais. Assim, a Alta, onde vai sedear-se a Universidade, passa a ser a área onde se situam, não apenas as faculdades, mas também as residências dos lentes e dos estudantes; à Baixa fica reservada a função comercial e os serviços, aí residindo comerciantes, trabalhadores e, no geral, a maioria daqueles cuja actividade não se relaciona directamente com a universidade (os “futricas”).

Existia, então, uma forte complementaridade entre estas duas áreas, de acordo com as características do chamado “modelo alemão”: a cidade (Baixa) fornecia à Universidade (Alta) os serviços necessários para o seu funcionamento; por seu turno, a presença de numerosos estudantes dinamizava o comércio e a vida social da cidade.

Simultaneamente, estabelece-se entre elas uma relação de amor-ódio, que traduzia a ambivalência entre a complementaridade a que aludimos e a afirmação de duas identidades distintas. A primeira expressava-se na “Queima das Fitas”, a festa dos estudantes, que saíam, em cortejo, da Alta até às ruas da Baixa, para gáudio de comerciantes e residentes; a segunda tinha a sua maior expressão na rivalidade futebolística entre a Académica (os “estudantes”) e o União (os “futricas”), que se defrontavam em “derbies” que, frequentemente, degeneravam em violência.

O aparecimento de novas áreas residenciais, no início deste século, não abrandou esta dicotomia, sendo apenas de realçar a extensão da área estudantil para a Praça da República e áreas circundantes, especialmente após a destruição da Velha Alta, já nos anos 40 e 50.

A partir da década de 60, esse dualismo começa a esbater-se, deixando de fazer sentido no início dos anos 80. Para isso contribuíram, decisivamente, a expansão da cidade para áreas cada vez mais afastadas do centro,

acompanhada da perda de importância da função residencial, tanto na Alta como na Baixa, e a massificação do ensino universitário.

Esta última provocou, igualmente, a necessidade de expansão da própria Universidade, traduzida na criação de novos pólos. Por sua vez, estes tiveram (e continuam a ter) um papel muito importante na nova estruturação do espaço urbano de Coimbra.

Assim, a inauguração do novo Hospital da Universidade (onde se situa, actualmente, o Pólo III) levou ao crescimento e a grandes mutações funcionais da área de Celas e da Avenida Gulbenkian. Com efeito, para aí se transferiram ou se instalaram várias actividades típicas do CBD (consultórios médicos, laboratórios de análises clínicas, agências bancárias, centros comerciais, lojas variadas, restaurantes, ...). Ao mesmo tempo, prolifera a construção em altura e aumenta o volume de tráfego diurno. Estamos, pois, de alguma forma, em presença de um novo centro da cidade.

Também a construção e posterior entrada em funcionamento do Pólo II, na Quinta da Boavista, influenciou a expansão da urbe para o Vale das Flores, actualmente uma das áreas residenciais de maior crescimento. Não terá sido por acaso que ali se instalaram duas grandes superfícies comerciais... Também este espaço poderá, a curto prazo, transformar-se numa nova área central.

Mas não foi apenas ao nível da estruturação do território que a influência da universidade se fez e faz sentir na cidade. O mesmo sucedeu ao nível da sociedade, com óbvias consequências nas estruturas económicas.

Sendo uma instituição de referência monástica, a Universidade de Coimbra sempre foi encarada (quer por si própria, quer pela sociedade civil conimbricense) como um “templo do saber”. Desta forma, vai preocupar-se, fundamentalmente, com a conservação e produção de saberes teóricos, ao mesmo tempo que desenvolve relações estreitas com as “élites” locais nela formadas.

Isto levou a que se desenvolvesse na cidade um espírito que privilegiava a reflexão académica, as discussões filosóficas, o romantismo e, até, a boémia, em detrimento do risco, da capacidade empreendedora e do trabalho.

Coimbra vai, então, desenvolver uma vocação terciária, com destaque para as profissões liberais (especialmente, médicos e advogados) e para alguns quadros administrativos.

Em nosso entender, a Universidade acabou por ser, de alguma forma, um obstáculo à industrialização da cidade. Esta era vista, tanto pelos poderes políticos como por alguns sectores das “élites” locais, como fonte de insegurança política (como disse Manuel Alegre, “Salazar nunca quis juntar o estudante contestatário com o operário revolucionário”), social (o aumento populacional por ela

induzido e a existência de maiores desigualdades sociais poderia, não só causar agitação, mas também levar ao aumento da criminalidade violenta) e ecológica (com o aparecimento de poluição industrial significativa).

Por isso, algumas indústrias que, especialmente a partir dos anos 60, se vão implantando em Coimbra, fazem-no mais *apesar da universidade que por causa dela*.

O início da década de 90 marca o início de uma viragem, parecendo-nos que, embora de forma gradual e ainda não totalmente perceptível, algo se move. Para isso, terão contribuído a perda de importância relativa da Universidade e, em consequência, da cidade no contexto nacional face à emergência, noutras centros urbanos, de numerosas instituições do ensino superior, públicas e privadas.

Assim, a Universidade é obrigada a “sair da sua torre” e a aproximar-se mais da sociedade civil. Passa a ser vista como um centro de inovação, em ligação, já não apenas com os profissionais liberais, mas também com os meios empresariais, de modo a potenciar o seu papel como pólo de desenvolvimento local, regional e nacional.

É nesta perspectiva que se deve fazer uma clara aposta no futuro.

A ideia de “Coimbra, Cidade da Saúde”, aproveitando o grande número de profissionais da saúde (médicos, enfermeiros e outros técnicos) que aqui residem e prestam serviço, bem como os modernos equipamentos existentes nos HUC e no CHC, insere-se nesta estratégia e é de aplaudir. Porém, não pode esgotar-se nesta vertente, pois a monofuncionalidade, pela dependência que gera face a um único sector, é sempre nociva.

Por isso, seria igualmente importante fazer de Coimbra a “Cidade da Justiça”, aproveitando a presença de numerosos juristas e o prestígio da Faculdade de Direito. A ideia aventada por alguns políticos locais de transferir o Tribunal Constitucional para Coimbra, no quadro de uma descentralização dos órgãos do Estado, reforçaria essa possibilidade, embora não seja essencial para a pôr em prática.

Porém, é fulcral que a universidade se assuma como “motor” da industrialização da cidade, que permita a criação de um TECNOPOLO. Para que isso seja possível, é necessário criar condições para a fixação dos quadros técnicos (cientistas, engenheiros, economistas,...) aqui formados. Estes constituirão a “massa crítica” necessária para o funcionamento de um conjunto de indústrias “inteligentes” (ligadas às novas tecnologias), estreitamente ligadas à investigação universitária. Algumas iniciativas recentes do Instituto Pedro Nunes (IPN) poderão constituir uma boa base para avançar nesse sentido.

A concretizarem-se estas apostas, desenham-se novas perspectivas na relação da Universidade de Coimbra com

o território e a sociedade envolventes. Esta poderá, não apenas desempenhar um novo papel na (re)estruturação do espaço citadino, mas também ser um agente de desenvolvimento que permita a potenciação da influência da cidade a diferentes escalas.

O que se afirma de seguida é um conjunto de ideias que permitam dar corpo a esses objectivos. Algumas serão talvez provocatórias, outras quiçá utópicas, mas parecem-nos que o fundamental, nesta altura, é fomentar o debate destas questões, estratégicas para a academia e para a urbe.

No que se refere à Universidade, ela ficaria repartida por quatro pólos:

Polo I (Administrativo). Corresponde ao núcleo tradicional, na Alta da cidade. Nele ficariam, fundamentalmente, a Reitoria, os Serviços Administrativos centrais, a Biblioteca Geral, o Arquivo e, para já, a Faculdade de Letras.

Alguns dos edifícios onde, até agora, funcionam outras faculdades ficariam reservados aos serviços que deles necessitassem; outros seriam transformados em centros de cultura (ao contrário do que se pensa, Coimbra é bastante deficitária nesse campo!...) e lazer (através da instalação de bares, discotecas, cafés,...). Aí poderia ser instalada uma livraria multifuncional – café, restaurantes e, até, um espaço para intervenções que vão da leitura à música e ao teatro – que congregaria aquelas duas vertentes. Não sendo uma área residencial, ficariam desde logo minimizados alguns inconvenientes associados à instalação deste tipo de estabelecimentos. Ao mesmo tempo, poderiam tirar partido da presença dos numerosos turistas que visitam a cidade.

Aí, seria proibida a circulação de veículos automóveis, ficando a rua Larga afecta única e exclusivamente ao tráfego de peões.

Este espaço académico-turístico teria o seu prolongamento natural na direcção da Praça da República, com quem, aliás, sempre se articulou. Poderia ainda estender-se para os Arcos do Jardim caso se verificasse a desejável saída da Cadeia Penitenciária e a posterior transformação das suas instalações num centro cultural.

Polo II (Tecnológico). Localizado na Quinta das Flores, aqui ficariam situadas as Faculdades de Ciências e Tecnologia, Economia e, também, a de Ciências do Desporto, já que é aí que está prevista a construção de vários campos desportivos. Uma Faculdade de Ciências Sociais e Humanas seria uma hipótese a considerar num futuro não muito distante.

Esta área, que se estende para o Vale das Flores e para o Pinhal de Marrocos, constitui, como já referimos, uma “frente urbana”, onde existe ainda algum espaço disponível. Aí se poderiam instalar pequenas indústrias “inteli-

gentes”, “ninhos de empresas”, gabinetes de projectos, de contabilidade e gestão e todo um conjunto de actividades ligadas à investigação científica e tecnológica.

Polo III (da Saúde). Situado junto aos HUC, albergaria as Faculdades de Medicina e Farmácia, bem como centros de investigação ligados a estas áreas do saber.

Dissemos que a presença do hospital teve um papel dinamizador da área de Celas/Gulbenkian. Essa influência é hoje patente, estando aí localizados inúmeros consultórios médicos, laboratórios de análises clínicas, centros de recuperação, de diagnóstico e outras infra-estruturas ligadas à Saúde. Será também de prever que, no futuro, e dada a crescente importância daquela instituição hospitalar, essas actividades se estendam até aos Olivais.

Polo IV (da Justiça). Ficaria implantado na margem esquerda e acolheria a Faculdade de Direito, aproveitando a instalação, nessa área, do Tribunal Constitucional (caso viesse a concretizar-se a sua transferência para Coimbra) e do futuro Palácio da Justiça.

A previsível transferência de escritórios de advocacia, conservatórias e cartórios notariais ajudaria a dinamizar e requalificar uma parte da cidade até agora um pouco esquecida.

Esta nova estrutura universitária poderá adquirir visibilidade territorial a diferentes escalas, permitindo, sobretudo, trazer novas articulações da cidade com a região e com o país.

Em termos *locais*, seria uma fonte de dinamização da economia e da sociedade civil coimbricenses.

Ao nível *micro-regional*, a criação do Tecnopolo permitiria a potenciação do eixo Figueira da Foz-Coimbra-Lousã, aproveitando as complementaridades existentes: praia-grande centro urbano-serra.

Com efeito, todos sabemos que, por vezes, para a elaboração de trabalhos científicos, há necessidade de uma atmosfera mais calma, que dificilmente se encontra nos principais centros urbanos. Contudo, como é nestes que se localizam as estruturas ligadas à investigação, os cientistas também não se podem afastar muito desses centros. Por isso, os tecnopólos têm tendência a implantar-se em cidades próximas de estâncias balneares, de montanha ou

próximo de lagos. Neste domínio, Coimbra dispõe de uma posição privilegiada.

A aposta neste eixo passaria pela construção de um “metro” de superfície ligando os seus extremos, eventualmente com ligação, a partir de Coimbra para Cantanhede, aproveitando algumas infra-estruturas ferroviárias existentes.

À escala *macro-regional*, permitiria a valorização do papel de Coimbra no seio da região Centro, em colaboração/competição com outros centros urbanos deste espaço.

Aveiro, que parece nitidamente apostada numa estratégia de tecnopolização, poderia ser uma cidade a privilegiar. Sendo certo que, num país de reduzida dimensão como é o nosso, não faz sentido a existência de dois Tecnopolos separados por 60 Kms., a verdade é que as duas cidades são, de alguma forma, complementares, podendo estabelecer uma parceria que lhes permita dedicar-se, de forma concertada, a diferentes áreas da investigação.

Em termos *nacionais*, Coimbra passaria a ser encarada como um centro de inovação e inteligência, constituindo uma referência nas áreas da Saúde e da Justiça.

Finalmente, à escala *internacional*, o Tecnopolo permitiria a ligação da Universidade (e, consequentemente, da cidade) a redes de I&D.

3 – CONCLUSÃO

Embora seja uma questão quase óbvia que quase todas as Universidades têm uma função estruturante no território, não deixa de ser importante salientar que, em alguns casos, nos últimos 30 anos, a sociedade mudou mais rapidamente que as estruturas universitárias; as cidades expandiram-se e diversificaram-se de um modo que não deram tempo à Universidade para o fazer em simultâneo.

Coimbra não escapou a todas estas mudanças. Ainda que muito se tenha já feito, é necessário continuar, incentivando não só a ligação da Universidade à cidade mas também ao país e ao Mundo. Coimbra e a Universidade serão as primeiras a colher os ganhos!